

Revista

AproximAção

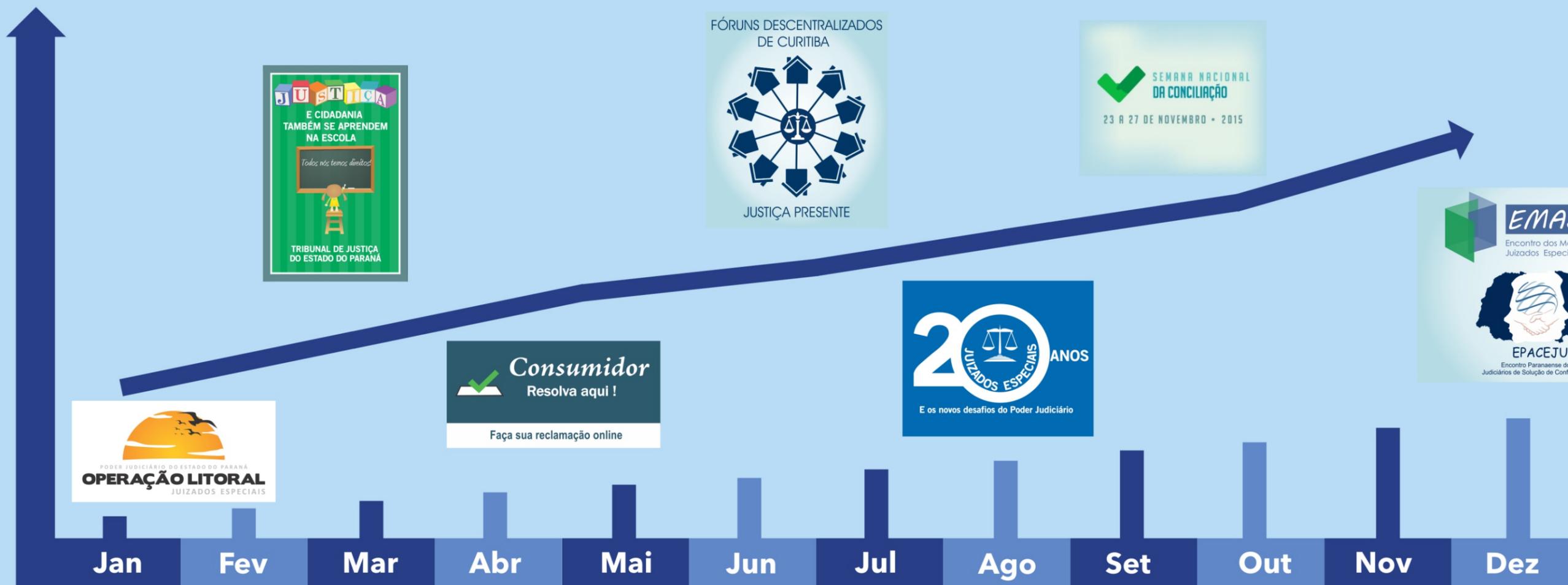
Juizados Especiais

Autocomposição

Cidadania

2ª Vice-Presidência do TJPR

FOCO NO RESULTADO



Editorial



Caras Amigas e Caros Amigos,

É com grande satisfação que a 2ª Vice-Presidência do TJPR apresenta à comunidade jurídica a 3ª edição de seu periódico eletrônico.

A publicação, que traz o balanço do ano de 2015, reafirma o compromisso da gestão com o resultado, este o foco constante do trabalho desenvolvido até aqui para prestar o melhor atendimento à população.

Em todas as frentes, seja no Sistema dos Juizados Especiais ou no âmbito das políticas judiciárias de autocomposição e cidadania, as metas estabelecidas foram superadas, mesmo diante das notórias dificuldades financeiras por que passam o Estado e o País.

No tocante às Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça, o Sistema dos Juizados Especiais manteve a tradição de contribuir para o bom desempenho do Tribunal, com índices sempre próximos dos 100%, apesar do aumento sem precedentes de demanda. Programas como a Semana Nacional da Conciliação e o Justiça e Cidadania também se Apreendem na Escola atingiram recordes.

Diante de tantos indicadores positivos, é natural que a gestão celebre as conquistas e tenha orgulho de torná-las públicas.

Entretanto, há algo mais nobre a fazer: agradecer. Ninguém realiza nada sozinho. Se tanto tem sido feito, é porque você, Magistrado, Servidor, Juiz Leigo, Facilitador, Estagiário ou Colaborador, em cada processo, em cada atendimento, deu o seu melhor. Foi por sua causa que tanto foi feito. É por sua causa que temos a certeza do sucesso das próximas ações.

Muito obrigado!

Abraço cordial,
Fernando Wolff Bodziak
2º Vice-Presidente do TJPR

Índice

Foco no Resultado	02
Deliberações do CSJEs	05
Justiça ao Torcedor	05
A Justiça vai à praia	06
V EMAJEP e I EPACEJUSC	07
Exposição dos 20 Anos dos Juizados Especiais recebe o Aplauso do CNJ	08
Deliberações do NUPEMEC	09
Consumidor Resolva Aqui!	09
X Semana Nacional da Conciliação supera expectativas	10
Justiça e Cidadania também se Apreendem na Escola surpreende	11
Geração Atitude	12
Prêmio JUS XXI	12
Apadrinhar é Legal	13
Acolhimento Familiar	13
Projeto Grão de Mostarda.....	14
Justiça Restaurativa em Londrina	14

Expediente

Supervisor-Geral
Desembargador Fernando Wolff Bodziak
Juiz Coordenador
Fábio Ribeiro Brandão
Coordenação-Geral
Durval Pacheco de Carvalho Neto
Cíntia Cristina Martins Ferreira
Coordenadora de Comunicação
Marília Seeling
Colaboradores desta Edição
Cláudia Leitner
Cleverton Bueno de Oliveira
Diogo Rodrigues Manasses
Gustavo Pielak Kuinsler
Jair Tonial Filho
Karina Resende Carula
Juliane Dalcanale
Lígia Maria Mazzo Werner
Luana Thais Kessler
Natália Longas Barufatti Tsuru
Soraya Costa Esmanhotto
Ricardo Kaehler Meister

Foco no Resultado



Os primeiros passos da atual gestão da 2ª Vice-Presidência foram dados no sentido de reorganizar administrativamente sua equipe, que passou a atuar, desde 2014, em coordenadorias temáticas e regionais. A reestruturação desenvolvida teve como objetivo atingir níveis de excelência, em todas as unidades judiciais do Estado, no contexto das políticas judiciárias de Juizados Especiais, Autocomposição e Cidadania. O ano de 2015 foi marcado pelo desenvolvimento de mais de vinte projetos, com o uso de ferramentas de gestão estratégica, que buscaram o aprimoramento dos trabalhos já existentes e o cumprimento das metas estabelecidas pela gestão.

Com um cronograma repleto de atividades, que abrangeu as três políticas judiciárias referidas, um a um os projetos saíram do papel e se transformaram em ações práticas. Em razão do engajamento de servidores e magistrados de todo o Paraná, os resultados superaram as expectativas e todas as metas de gestão estabelecidas foram cumpridas.

Juizados Especiais

Em virtude das comemorações dos 20 anos da Lei nº 9.099/95, 2015 ficou marcado como o ano dos Juizados Especiais. O aniversário da Lei foi festejado pelo Conselho Nacional de Justiça com a criação do programa "Redescobrimo os Juizados Especiais", que tem o objetivo de resgatar os critérios que informam o Sistema e que se perderam ao longo do tempo. No Paraná, a 2ª Vice-Presidência do TJPR replicou a iniciativa por meio do projeto "20 Anos dos Juizados Especiais e os novos desafios

do Poder Judiciário", integrado por uma série de ações.

Dentre elas, destacou-se o mutirão de instrução e julgamento desenvolvido em todo o Estado, no mês de aniversário da Lei. Na ocasião, magistrados dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais superaram as expectativas da proposta, alcançando o expressivo número de 70 mil decisões proferidas num período de 30 dias (maior índice da história).

Os 20 Anos também foram celebrados com a criação de duas exposições, uma virtual e outra física, a última na esplanada do prédio anexo ao Palácio da Justiça. O material, que conta com fotos, textos e documentos que traçam a trajetória do Sistema dos Juizados Especiais no Estado, foi visitado e elogiado pela Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andriahi.

Ainda em comemoração à Lei nº 9.099/95, foi realizada uma solenidade que contou com a presença da cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná, além de diversos magistrados, servidores e autoridades locais. Na ocasião, foi apresentado um vídeo institucional, produzido especialmente para o evento, contendo o histórico dos Juizados Especiais no Paraná, bem como inaugurada a galeria dos 2ºs Vice-Presidentes. Houve, também, a premiação dos vencedores de um concurso de artigos jurídicos sobre o tema.

As Metas do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2015, como de praxe, tiveram no Sistema dos Juizados Especiais importante aliado na busca pelos melhores resultados. Mesmo diante de um cenário adverso, com acréscimo descomunal de distribuições (maior que o dobro da média histórica, em particular nos meses de maio e junho), os magistrados de todo o Estado honraram a tradição de prestação jurisdicional célere e de qualidade, proferindo 300.775 decisões, número 18,63% superior ao dos julgamentos de 2014. Tanto em relação à Meta 1 (produtividade) quanto no tocante à Meta 2 (cronológica), os Juizados Especiais obtiveram resultados superiores à Justiça Tradicional, mesmo diante de grande aumento de ajuizamentos, em especial no âmbito dos feitos da seara das Telecomunicações (98,51% e 96,08%, respectivamente).

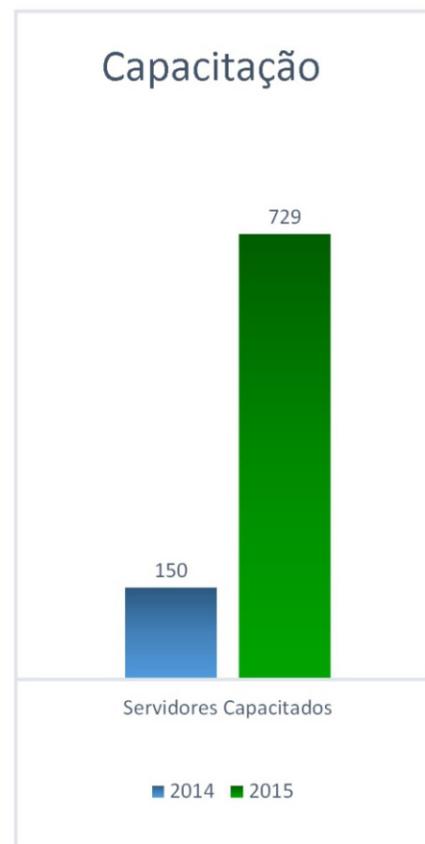
Autocomposição

A Autocomposição será um grande foco de ações em 2016. Com o advento do Novo Código de Processo Civil e da Lei de Mediação, uma série de readaptações deve acontecer em todo o Sistema de Justiça do Brasil. Antecipando-se à nova realidade, ainda no ano de 2015, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) empreendeu esforços na formação de facilitadores (conciliadores e mediadores judiciais).

Todo o trabalho foi estruturado para não onerar o Sistema. Assim, foram criados convênios com instituições de ensino superior e parceria com a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE). Além da parte teórica, a metodologia dos cursos prevê a realização de estágios supervisionados, nos moldes de regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

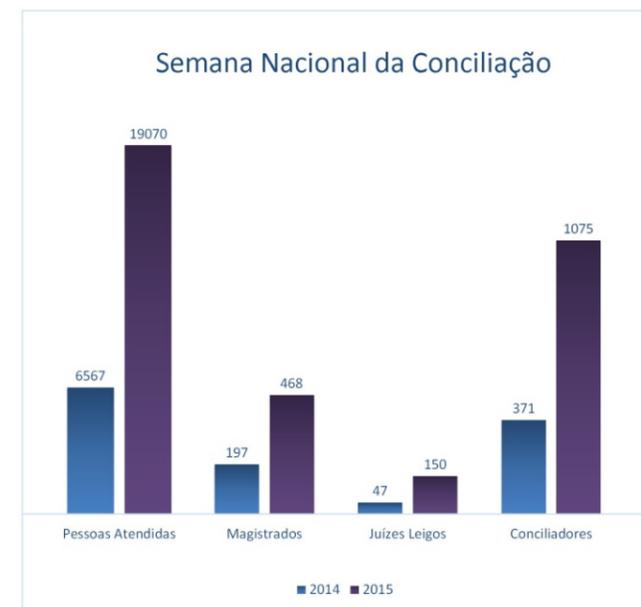
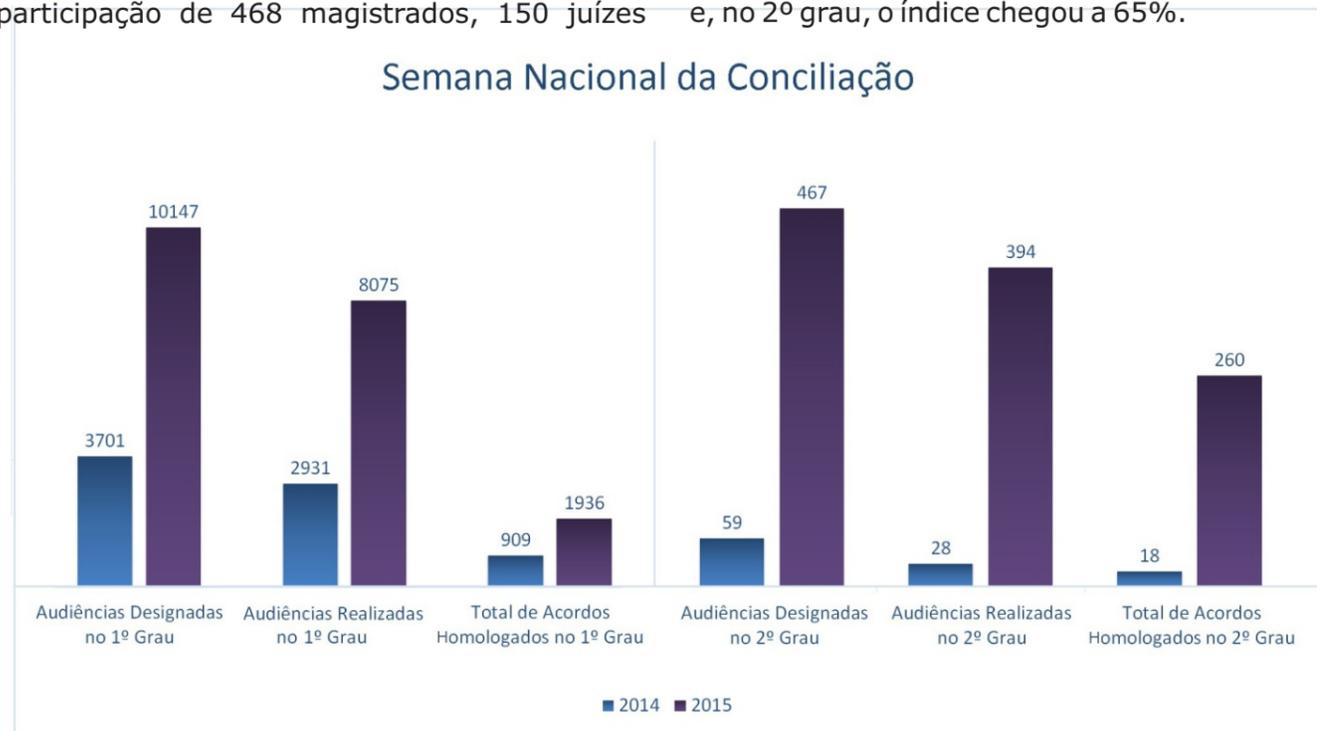
Dessa forma, e com o auxílio de 18 instrutores em formação, só em 2015 foram capacitados 729 facilitadores (conciliadores e mediadores) a custo zero. Um número quase 5 vezes maior do que o alcançado em 2014.

A formação desses profissionais, aliada ao engajamento de magistrados e servidores, fez com que a Semana Nacional da Conciliação também atingisse índices surpreendentes. Em sua 10ª edição, desenvolvida entre os dias 23 e 27 de novembro de 2015, o evento contou com a participação de 468 magistrados, 150 juízes



leigos e mais de mil conciliadores. Com toda essa equipe, quase 20 mil pessoas foram atendidas em todo o Paraná, número quase 3 vezes maior do que o registrado na edição anterior.

Os números de audiências também sofreram um aumento drástico e acabaram alcançando resultados muito positivos. No 1º grau, os acordos dobraram em relação a 2014, e, no 2º grau, o índice chegou a 65%.



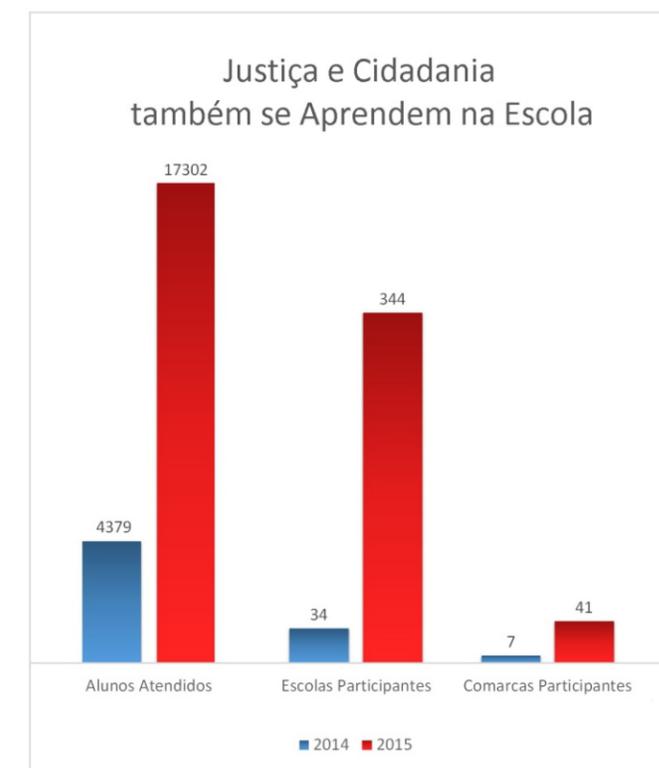
Cidadania

A política de Cidadania também recebeu destaque em 2015. Através de programas e parcerias como o Geração Atitude, o TJPR recebeu centenas de jovens estudantes que puderam conhecer um pouco mais do funcionamento do Poder Judiciário.

Os maiores resultados, no entanto, foram obtidos pelo Programa Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola. No último ano, o trabalho que já vinha sendo realizado em algumas comarcas se multiplicou. O alcance das ações foi o maior desde o início de suas atividades, em 1993. Mais de 300 escolas, de 41 municípios diferentes, participaram do Programa. No total, foram mais de 17 mil crianças atendidas, um crescimento de cerca de 400% em apenas um ano.



CEJUSC
Paz e Cidadania



A próxima Ação: CEJUSC

Depois de colher tantos resultados positivos, o objetivo da 2ª Vice-Presidência é continuar superando os índices alcançados. Além de todos os esforços aplicados até o momento, em 2016, o maior foco será dedicado à política da Autocomposição. 2016 será o "Ano do CEJUSC".

Para atender com qualidade a demanda decorrente da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, que se dará em março, o NUPEMEC criou o Plano de Estruturação e Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em todo o Estado.

Esse plano, pioneiro no País, possibilitará à Administração do Tribunal de Justiça, em curto espaço de tempo, ofertar serviços processuais, pré-processuais e de cidadania em todas as Comarcas do Paraná, difundindo a cultura da autocomposição nas unidades judiciais e também na comunidade.

A expectativa é que, até o final do ano de 2016, o Tribunal de Justiça do Paraná obtenha o maior número de CEJUSCs por habitante de todo o Brasil. Crescimento que será acompanhado com a readequação das estruturas material e humana para garantir o melhor atendimento aos cidadãos.

Deliberações do CSJEs

No dia 02 de fevereiro, foi realizada a primeira Reunião do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do ano de 2016. Na ocasião, houve deliberações sobre temas de grande relevância para o Sistema dos Juizados Especiais do Paraná.

Dentre outras questões, restou aprovada a proposta de readequação das gratificações de serviço extraordinário, regulamentadas pela Resolução nº 02/2009, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais. Foi, também, autorizada a transformação de uma das unidades do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital, com a implementação de projeto-piloto de secretaria única entre a unidade transformada e a já

existente.

Na mesma reunião, ocorreu a aprovação do encaminhamento de proposta ao Órgão Especial para alteração da competência dos Fóruns Descentralizados da Capital do Estado, a fim de que as matérias bancária, de telecomunicações e acidentes de trânsito passem a ser afetas, exclusivamente, ao 1º, 3º e 7º Juizados Especiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Por fim, é oportuno destacar que o Conselho de Supervisão decidiu pela aprovação da proposta de que as secretarias dos Juizados Especiais nas Comarcas de Juízo Único passem a funcionar sempre junto a uma serventia estatizada, com estrutura e servidores custeados pelo Poder Público.

Justiça ao Torcedor

Em 2015, o programa Justiça ao Torcedor foi realizado em 28 partidas oficiais, 15 no Estádio Major Antônio Couto Pereira, do Coritiba Foot Ball Club e 13 no Estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada), do Clube Atlético Paranaense. Foram registradas diversas ocorrências, tais como: desacato, posse de drogas, ameaça e dano.

O programa, que é regulamentado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (CSJE), atende atualmente dois clubes, Atlético e Coritiba, que mantêm convênio específico com o Tribunal de Justiça. Nas partidas classificadas como de alto ou altíssimo risco, uma equipe do Juizado é encaminhada aos estádios para atendimento das ocorrências verificadas no local e em seus arredores. Os magistrados designados para 5 ou mais eventos esportivos, num período de um ano, ficam dispensados de integrar o Plantão Judiciário. Já os servidores podem usufruir de um dia de folga por evento participado.

Pensando em melhorar a prestação do serviço, em 17 de agosto de 2015, a 2ª Vice-Presidência realizou uma capacitação para os servidores já inscritos no programa. A partir desta data, somente aqueles que fizeram o curso podem ser designados para atuar nas partidas.

Para 2016 a perspectiva é otimista. Os

clubes conveniados poderão participar de competições como o Campeonato Paranaense, o Campeonato Brasileiro, a Copa do Brasil e a Copa Sul-americana. Ainda neste ano acontece a "Primeira Liga", competição interestadual que envolve 5 estados e aumentará o calendário de jogos. Além disso, havendo um evento de risco no Estado, ainda que não futebolístico, a instalação de posto avançado do Juizado Especial poderá ocorrer, caso haja necessidade.

Os Juízes e servidores capacitados que atuaram em 2015 já estão automaticamente inscritos para 2016. Juízes de Direito ou Juízes de Direito Substitutos que tenham interesse em se voluntariar podem entrar em contato pelo telefone (41) 3200-2777. Para os servidores interessados, as inscrições para novas capacitações podem ser feitas pela internet (no endereço <http://portal.tjpr.jus.br/portletforms/frm.do?idFormulario=370>), bastando atuar no Foro Central ou nos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e ter experiência em realização de audiências.



A Justiça vai à praia



Atendendo à demanda provocada pelas férias de verão, mais uma vez o TJPR desenvolveu a Operação Litoral, uma força-tarefa do Judiciário, coordenada pela 2ª Vice-Presidência, realizada nas Comarcas litorâneas do Estado. Em sua 18ª edição, o programa foi desenvolvido em duas fases, a primeira no período de ano novo, entre os dias 28/12/2015 e 06/01/2016, e a segunda etapa durante o feriado de Carnaval, do dia 04/02/2016 ao dia 12/02/2016.

Durante os 19 dias de trabalho foram estruturados quatro postos de atendimento nos Municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Ilha do Mel. Todos com competência para atender demandas relativas aos Juizados Especiais Cível e Criminal, além das matérias afetas à Infância e à Juventude.

Mas, o grande destaque desta edição esteve em movimento. Com a utilização de uma van, o Juizado Móvel rodou todo o litoral realizando mais de dois mil atendimentos aos veranistas, um número 4 vezes maior do que o alcançado na edição anterior. As abordagens tiveram como principal foco a conscientização da população e a prevenção de eventuais litígios e/ou ocorrências, além da busca pela aproximação da população ao Poder Judiciário.

No âmbito do Juizado Especial Criminal, os usuários de entorpecentes puderam contar com o atendimento do Programa de Alternativas Penais em Prevenção ao Uso de Drogas (PAPPUD). O programa desenvolvido por uma psicóloga do quadro de servidores do Tribunal,

totalizou 114 atendimentos.

Nos quatro postos de atendimento o trabalho aumentou. No Juizado Especial Criminal o número de audiências teve um crescimento de 18% em relação à temporada anterior. No total foram 532 audiências, com 282 transações penais e arrecadação de prestação pecuniária no montante de R\$ 76.800,00. No campo da Infância e da Juventude, os postos de atendimento também registraram aumento. As autuações passaram de 35, entre 2014 e 2015, para 42 nesta edição da Operação Litoral.



V EMAJEP e I EPACEJUSC



O mês de dezembro se destacou pela troca de experiências entre magistrados. Já consolidado no calendário do Judiciário paranaense, o Encontro dos Magistrados dos Juizados Especiais do Paraná (EMAJEP) mais uma vez foi realizado no Hotel Bourbon Cataratas, em Foz do Iguaçu. Nesta 5ª edição, o evento trouxe uma grande novidade: foi realizado juntamente com o I Encontro Paranaense dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (EPACEJUSC) e contou com o apoio da COPEL, COMPAGÁS, Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional.

Entre os dias 10 e 12 de dezembro, mais de 60 magistrados de todas as entrâncias do TJPR promoveram uma intensa troca de experiências através de palestras, mesas redondas e debates sobre temas relevantes e de aplicação nos Juizados Especiais e nos CEJUSCs de todo o Estado do Paraná. O congresso foi organizado pelo Tribunal de Justiça, por meio de sua 2ª Vice-Presidência, em conjunto com a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP).

A programação do encontro contou com diversas palestras e ganhou destaque com a presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Nélfi Cordeiro.

Além deles, palestraram o ex-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Desembargador Federal aposentado Vladimir Passos de Freitas, o Juiz Substituto de 2º Grau do Tribunal de Justiça de São Paulo, Doutor Ricardo

Cunha Chimenti, e os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná Clayton de Albuquerque Maranhão e José Laurindo de Souza Netto.

Dentre as discussões foram abordados temas como a Autocomposição Judicial, os Desafios dos Juizados Especiais, as Turmas Recursais e o Novo CPC.

Para a Juíza Supervisora dos Juizados Especiais da Comarca de Chopinzinho, Dra. Maria Teresa Thomaz, o encontro foi muito positivo: "Além de ter contato com as palestras, pude trocar ideias com colegas bastante experientes de outras comarcas acerca das novas metodologias no cumprimento da efetivação da prestação jurisdicional, buscando, agora mais do que nunca, a composição das partes e a rápida solução do caso concreto". Da mesma forma, o magistrado da Comarca de São João, Rafael de Carvalho Paes Leme, também elogiou o evento: "A importância de eventos como o EMAJEP/EPACEJUSC reside principalmente na troca de conhecimento teórico e prático com especialistas no tema, mas também no relevante intercâmbio de experiências com colegas. A função de julgar é solitária, porém a construção do pensamento é coletiva".

Além de todos os elogios recebidos, o V EMAJEP e I EPACEJUSC foram marcantes para encerrar as ações desenvolvidas ao longo do ano em comemoração aos 20 anos da Lei nº 9.099/95, bem como inaugurar as atividades de estruturação dos CEJUSCs no Paraná.

Exposição dos 20 Anos dos Juizados Especiais recebe o Aplauso do CNJ

2015 foi um ano de comemorações para os Juizados Especiais de todo o País. Em virtude dos 20 anos da Lei nº 9.099/95, uma série de projetos e ações foi desenvolvida. Uma delas, que recebeu grande destaque no Paraná, foi a Exposição dos 20 Anos.

Com o objetivo de parabenizar e destacar a importância de todos os envolvidos nos Juizados ao longo dos anos, a equipe da 2ª Vice-Presidência do TJPR reuniu documentos e registros fotográficos capazes de resgatar a história. Através de pesquisas e levantamento de dados foram reunidos documentos como os autos do primeiro processo do Juizado Especial Criminal de Curitiba, que terminou em acordo, e o Diário Oficial do Estado de 16 de julho de 1996, com a publicação original da Lei Estadual nº 11.468/96, que organizou e estruturou o Sistema no Paraná. Também foram expostos registros fotográficos de servidores e magistrados, pioneiros e atuais, e também os projetos que vêm fazendo com que o Sistema dos Juizados Especiais permaneça crescendo e inovando.

Durante mais de 60 dias todo esse material ficou disponível na esplanada do prédio anexo ao Palácio da Justiça. E para que o trabalho pudesse alcançar outras regiões, a exibição ganhou uma versão eletrônica, com a

criação de uma exposição virtual no portal do TJPR.

Além de servidores e magistrados, a Exposição recebeu uma convidada especial. No mês de outubro, a Corregedora Nacional de Justiça, Nancy Andrichi, esteve na capital paranaense e visitou o espaço. A Ministra observou cada um dos materiais, conduzida pelo 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak. Ao final da visita ela concedeu ao TJPR uma homenagem, com a publicação de um artigo na coluna "Nosso Aplauso" do site do CNJ.

A seguir um trecho do artigo publicado:

"Em minha última visita à cidade de Curitiba fui brindada com uma grata surpresa: uma exposição em homenagem aos 20 anos dos Juizados Especiais no Estado do Paraná. (...)"

"Como entusiasta dos Juizados desde seus primórdios, ainda nos anos 1970 no Rio Grande do Sul, não tive como não me emocionar diante de uma exposição que tão bem retratou a importância e o vanguardismo da Justiça especial."

"Por levar esta belíssima história à população curitibana, o Tribunal de Justiça do Paraná, na figura do coordenador de Juizados Especiais no Estado, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, merece o nosso aplauso!"



Deliberações do NUPEMEC

Na primeira reunião do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) deste ano, ocorrida em 28 de janeiro, foi aprovado, entre outras questões, o Plano de Estruturação e Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs. O objetivo do plano é fornecer subsídios à Administração do Tribunal de Justiça do Paraná para o estabelecimento de parâmetros à adequada estruturação (humana e material) dos CEJUSCs, viabilizando, assim, sua instalação em todas as Comarcas do Estado.

Na mesma reunião, foi readequado, nos moldes das últimas determinações do Conselho Nacional de Justiça, o programa de formação e supervisão de facilitadores judiciais para os

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), no âmbito do Estado do Paraná.

Tanto o plano de estruturação e instalação, quanto o regulamento das capacitações, são imprescindíveis para a consolidação das práticas autocompositivas no Paraná, em conformidade com a legislação federal sobre mediação e as novas diretrizes do CPC a respeito da matéria, com importantes reflexos junto à população, juízes e servidores.

Importante ressaltar, ainda, que os documentos mencionados foram objeto de amplo estudo pela equipe da 2ª Vice-Presidência e exaustivamente debatidos pelos membros na reunião do NUPEMEC.

Consumidor Resolva Aqui!



Faça sua reclamação online

Pensando em facilitar a resolução de problemas entre consumidores e fornecedores de serviços e produtos, o Tribunal de Justiça do Paraná firmou um convênio com o Ministério da Justiça para disponibilizar uma nova ferramenta para resolução pré-processual de conflitos, o "Consumidor: Resolva Aqui!". Disponível no site do TJPR, através de um clique na ferramenta, o usuário é direcionado à plataforma consumidor.gov.br, onde pode registrar reclamações que são encaminhadas diretamente às empresas envolvidas.

O portal permite que o consumidor faça sua reclamação de forma rápida, simples e gratuita. E mesmo que a resposta não seja positiva, o histórico da tentativa de solução pode ser usado no caso de ajuizamento de uma demanda judicial. Além disso, o consumidor avalia a resposta recebida e participa de um banco de dados que mostra quais as empresas

com maiores índices de solução e satisfação.

Atualmente, cerca de 300 empresas estão cadastradas na plataforma e mais de 235 mil reclamações já foram finalizadas em todo o País. Na região Sul, das 53.174 já registradas, 57% são paranaenses. O Estado é, inclusive, o que apresenta o maior índice de reclamação por habitante do Brasil. Os números de resolução também são bastante positivos: das 26.158 reclamações geradas em 2015 em todo o território nacional, quase 80% foram solucionadas.

O Paraná foi o sexto Estado a disponibilizar a ferramenta através do convênio com o Ministério da Justiça. A expectativa para 2016 é melhorar esses índices e continuar incentivando a resolução pacífica dos conflitos, resolvendo-os antes mesmo de se tornarem litígios.

X Semana Nacional da Conciliação supera expectativas



Com o tema "O caminho mais curto para resolver seus problemas" a 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação alcançou resultados expressivos em 2015. O movimento pela conciliação, que aconteceu entre os dias 23 e 27 de novembro, atendeu quase 20 mil pessoas em todo o Paraná.

Foram mais de 8 mil audiências realizadas, um número três vezes maior do que o registrado no ano anterior. No 2º grau, o índice de acordos ultrapassou os 65%, e no 1º grau esse índice mais do que dobrou em relação a 2014. Outro indicador que também cresceu foi o dos valores homologados, que ultrapassaram os 6 milhões de reais.

Na comarca de Cândido de Abreu, o evento trouxe resultados surpreendentes. "A Semana Nacional da Conciliação é importante instrumento de conscientização acerca da relevância dos meios alternativos de solução de controvérsias. Em nossa Comarca obtivemos êxito na maior parte dos processos submetidos à conciliação, inclusive com a solução de demandas que se prolongavam por significativo período de tempo. Tal fato demonstra a necessidade de eventos como este para fomentar uma cultura de realização de acordos entre partes em conflito de interesses", relatou o Juiz de Direito, Eldom Santos.

Diversas comarcas registraram números positivos, mas a semana proporciona resultados ainda mais importantes, como a difusão de

conceitos. De acordo com a juíza da Comarca de Colorado, Dra. Maria de Lourdes Araújo Cavalcanti Mundim, "A iniciativa contribui para difundir a cultura da pacificação social, pois todos saem ganhando: as partes, o magistrado e a sociedade. Uma justiça rápida, eficiente e conciliatória é um caminho seguro para a paz social". O magistrado de Cornélio Procópio, Dr. Leonardo Luiz Selbach, também destacou a importância do evento: "É imprescindível pela salutar divulgação realizada nos centros acadêmicos e na mídia, por multiplicar os sujeitos de conscientização da população, pela relevância e eficácia da conciliação, bem como pela diminuição do tempo de tramitação processual, reduzindo o acervo de feitos e otimizando as instruções dos demais processos, sobrelevando o zelo e respeito ao jurisdicionado".

Resultados tão expressivos podem ser explicados pelo engajamento de todo o Judiciário paranaense. Entre os magistrados e servidores, o número de participantes mais que dobrou, passando de 647, em 2014, para 1332, na última edição. Já entre os conciliadores a diferença é ainda maior. Durante todo o ano o trabalho de formação e capacitação desenvolvido pelo NUPEMEC fez o número de conciliadores aumentar 190%.

Em 2016 a expectativa é que a Semana Nacional da Conciliação continue ganhando destaque no Paraná. Apesar de ser promovida pelo CNJ, o planejamento das ações no TJPR deve começar ainda no primeiro semestre.

Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola surpreende

Completando 22 anos de funcionamento, o Programa "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola" finalizou suas atividades em 2015 com resultados surpreendentes. Mais de 17 mil alunos de 344 escolas de todo o Estado participaram das atividades. Os números são quatro vezes maiores do que os registrados em outras edições.

Dessa vez, além do trabalho desenvolvido na capital paranaense, com o auxílio da Secretaria Municipal da Educação, o interior do Paraná ganhou destaque. O projeto foi abraçado por diversos magistrados que o fizeram se espalhar por mais de 40 comarcas.

Em Toledo, o Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola foi aplicado pela primeira vez e conseguiu atender mais de 800 crianças. Em Medianeira, quatro magistrados se dividiram para difundir conhecimentos por 14 escolas e cerca de 650 alunos. Londrina também alcançou resultados expressivos com a participação de mais de 1200 estudantes.

Na região litorânea, a magistrada Mércia do Nascimento Franchi, de Paranaguá, levou o programa até para as crianças que moram em ilhas. Através de uma série de parcerias, além do enfoque de Justiça e Cidadania, o meio ambiente também foi explorado, com o plantio de árvores e diversas outras ações. "É altamente gratificante perceber o entusiasmo dos Poderes, órgãos públicos, parceiros privados envolvidos e também os esforços empreendidos. Na aplicação do projeto em Paranaguá, foram alcançados resultados excelentes. Sinto-me

muito feliz pelo resultado alcançado e pretendo realizar o projeto em 2016, ampliando as atividades e parcerias", destaca a juíza.

Mas, além dos números, outros resultados foram registrados pelos magistrados. Em Palmas, a Juíza Tatiane Bueno Gomes, relata como o trabalho foi gratificante: "Realizar o programa foi extremamente prazeroso. Cada encontro e bate papo que tivemos foi recompensador, sobrepondo-se a qualquer nível de cansaço. Acredito que transmitindo conhecimentos jurídicos, valores morais, inspirando e incentivando nossas crianças, teremos melhores cidadãos", explica a magistrada. Para o Juiz Dirceu Gomes Machado Filho, de Ivaiporã, o sentimento é o mesmo. "Participar do Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola foi uma experiência ímpar e muito gratificante. Quanto mais a realidade da atividade jurisdicional for conhecida pela sociedade, maior será a compreensão e valorização do Poder Judiciário, e o programa tem como destinatários os mais ativos agentes multiplicadores: as crianças e os adolescentes", explica ele.

Neste ano, a proposta do Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola é continuar crescendo. Depois da ampliação conquistada em 2015, agora a preocupação é continuar promovendo as ações com maior direcionamento. Todos as comarcas estão convidadas a ajudar o projeto a espalhar Justiça e Cidadania pelo Paraná. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (41) 3200-2778.



Geração Atitude

Pelo segundo ano consecutivo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná participou do projeto Geração Atitude, desenvolvido pelo Ministério Público através de uma parceria com a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado. A iniciativa acontece ao longo do ano, dentro das escolas, através de debates e palestras sobre o funcionamento dos órgãos públicos e de conceitos como política, cidadania e democracia. Dentre as atividades, os alunos são convidados a redigir projetos de Lei, e os autores das melhores propostas são presenteados com uma visita à capital paranaense.



Em 2015, 25 escolas estaduais do Paraná participaram do Projeto. Os alunos e professores vencedores vieram a Curitiba nos dias 16 e 17 de novembro. A primeira parada da caravana foi no plenário da Assembleia, onde uma das propostas do grupo acabou transformada em projeto de Lei. A segunda visita foi feita no Palácio do Governo e, finalizando as atividades do projeto, foi a vez de conhecerem o Judiciário Paranaense.

A recepção foi realizada na esplanada do prédio anexo ao Palácio da Justiça. Os estudantes e professores visitaram o Museu do TJPR e a exposição "20 Anos dos Juizados Especiais". Além disso, receberam explicações sobre o funcionamento do Judiciário no Estado através de uma conversa com o 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak.

"Todos esses alunos e professores estão de parabéns, são pessoas engajadas, com vontade de transformar. Agora eles serão responsáveis por multiplicar o conhecimento. São pessoas que podem fazer a diferença e dar uma contribuição valiosa para toda a sociedade", destacou o Desembargador Bodziak.

Prêmio JUS XXI

Pensando em identificar, divulgar e reconhecer boas práticas promovidas no Paraná, no âmbito dos Juizados Especiais, Autocomposição e Cidadania, o TJPR, por meio de sua 2ª Vice-Presidência, criou o prêmio JUS XXI. A iniciativa foi oficialmente apresentada aos magistrados durante o V EMAJEP e I EPACEJUSC, realizado no mês de dezembro, em Foz do Iguaçu.

O JUS XXI será entregue, ao longo do ano de 2016, a todos aqueles que apresentarem práticas importantes para o aprimoramento do Sistema de Justiça, com especial ênfase no melhor atendimento aos cidadãos. Com isso, além da divulgação e reconhecimento do trabalho, a proposta é que essas ideias possam ser replicadas em outras localidades ou até estimularem a criação de novos projetos. A partir da identificação das iniciativas, todo o trabalho desenvolvido será documentado e

arquivado. As informações ainda serão compartilhadas no site do TJPR através de um banco de dados de Boas Práticas do Paraná.

Todos os magistrados e servidores podem participar. Quem já estiver desenvolvendo algum trabalho com resultados positivos para a comunidade pode comunicar a 2ª Vice-Presidência. Para maiores informações basta enviar um e-mail para o endereço: 2vice@tjpr.jus.br.



Apadrinhar é Legal

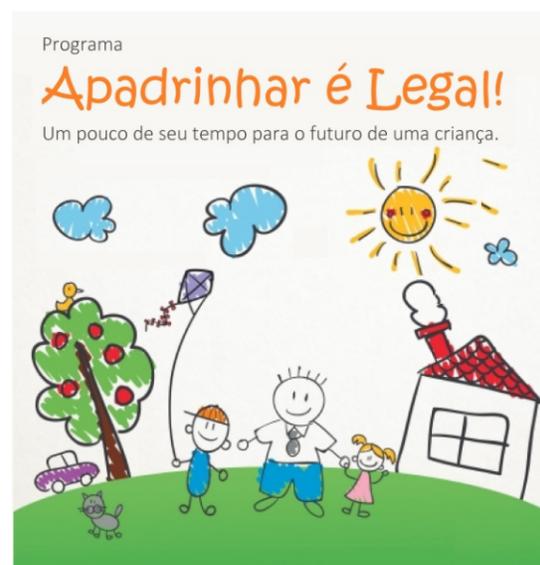
Criado e desenvolvido em 2015 pelo Juiz de Direito José Aristides Catenacci Junior, o programa "Apadrinhar é Legal" pretende proporcionar experiências e referências afetivas familiares a crianças e adolescentes provenientes de abrigos institucionais da região de Almirante Tamandaré. A proposta é incentivar famílias da comunidade a ajudar, voluntariamente, na criação e educação dessas crianças. "O Programa vem preencher a lacuna existente no trabalho desempenhado pela Rede de Proteção, na medida em que envolve a sociedade civil através de pessoas sensíveis à causa, as quais poderão ampliar sua consciência sobre a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes acolhidos, tornando-se padrinhos/madrinhas com o compromisso de oferecer melhores condições para seu desenvolvimento", explica o magistrado.

O apadrinhamento pode ser feito de forma afetiva ou financeira. Na primeira delas o padrinho ou madrinha é aquele que dedica um pouco de seu tempo a uma criança ou adolescente, possibilitando experiências de convivência em comunidade, referências de relações familiares e o estreitamento de laços afetivos. Na modalidade de apadrinhamento financeiro, o padrinho ou madrinha se compromete a apoiar financeiramente os projetos de estudo, profissionalização, etc.

A proposta do Apadrinhar é Legal não é a

adoção, mas a contribuição moral ou material para construção de vínculos afetivos. Para isso, todos os interessados passam por uma oficina de preparação para padrinhos onde conhecem as regras e normas do programa. Só depois é feita a seleção dos participantes e realizadas as aproximações entre padrinhos e afilhados.

Para participar é necessário ter mais de 21 anos, não possuir antecedentes criminais. A próxima oficina de preparação de padrinhos será realizada no dia 27 de fevereiro no Fórum de Almirante Tamandaré. Mais informações podem ser obtidas pelo fone (41) 3657-1744, ou pelo e-mail: almirantetamandaresaij@tjpr.jus.br.



Acolhimento Familiar

Pensando em dar oportunidade de convívio familiar a adolescentes ou crianças em situação de risco, nasceu, em Cascavel, o Programa Acolhimento Familiar. A iniciativa, desenvolvida pelo Juiz de Direito Sérgio Luiz Kreuz, teve início em 2006 e hoje é o maior do Brasil.

O programa, que funciona em parceria com o Ministério Público e a Prefeitura de Cascavel, faz parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O trabalho consiste em organizar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, seja em razão de abandono ou quando as famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de garantir cuidado e proteção.

O objetivo é substituir as unidades de acolhimento institucional por "famílias acolhedoras", que são selecionadas pelo programa e recebem acompanhamento psicossocial, orientação, além de ajuda financeira e isenção de IPTU. Elas ficam responsáveis pelas crianças até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou o encaminhamento para a adoção. Durante esse período de acolhimento, além de garantir às crianças e aos adolescentes o direito à convivência em ambiente familiar, o programa ainda auxilia as famílias de origem a se reestruturarem para o retorno de seus filhos.

As famílias que tiverem interesse em se cadastrar no programa podem acessar o site: www.direitodascrianças.com.br/acolhimento.

Projeto Grão de Mostarda

Em 2010, quando a vontade de fazer a diferença se transformou em inspiração, nasceu o Projeto Grão de Mostarda. A iniciativa, idealizada pela magistrada Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha, tem como objetivo a ressocialização de detentos.

Desenvolvido inicialmente em Nova Londrina, as atividades estenderam-se também ao município de Loanda. Pautado na Constituição Federal e na Lei de Execuções Penais, o Grão de Mostarda desenvolve inúmeras atividades que visam a assegurar a efetivação de direitos, restabelecendo a dignidade da pessoa humana e propiciando ainda, a reintegração social.

O projeto é desenvolvido por voluntários que doam um dia de trabalho para prestar atendimento aos apenados. Tudo acontece dentro das delegacias, onde são oferecidos serviços como atendimento médico, odontológico, psicológico, ambulatorial, jurídico e religioso. Além disso, os detentos recebem visitas periódicas de membros do Judiciário, do Ministério Público e defensores dativos, que entrevistam os apenados e prestam orientações sobre a situação processual, revisão de feitos e concessão de benefícios.

Projeto
"GRÃO DE MOSTARDA"
FAZENDO A DIFERENÇA NA VIDA DO SER HUMANO



"Idealizar e desenvolver o Projeto Grão de Mostarda nas Comarcas de Nova Londrina e Loanda foi uma experiência extremamente gratificante e enriquecedora, pois a aproximação do Judiciário junto à coletividade promoveu o envolvimento de toda a sociedade na problemática da execução de pena e ressocialização dos detentos. Cientes das deficiências e desafios, conseguimos, juntos, colocar trabalho, estudo, evangelismo e prestação de serviços dentro da Delegacia. Dessa forma, unindo esforços, conseguimos mudar o curso da vida de vários detentos da Comarca e a sociedade colheu os frutos de vivenciar a diminuição do número da reincidência criminal local", relata a Magistrada Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha.

Justiça Restaurativa em Londrina

O movimento pela implementação da Justiça Restaurativa no Poder Judiciário segue as diretrizes da Resolução nº 125/2010 do CNJ e vem ganhando cada vez mais destaque em diversos Estados. No Paraná, algumas comarcas já têm se utilizado das práticas restaurativas, que são aplicadas nas áreas da Infância e da Juventude, Família e Juizados Especiais.

Dentre elas, Londrina ganha destaque com a mobilização e articulação de órgãos públicos, instituições e da sociedade em geral, em prol da construção coletiva de um Projeto Municipal de Pacificação Restaurativa. O movimento teve início em julho de 2014, por iniciativa da Juíza de Direito Claudia Catafesta, com a criação do Núcleo de Articulação para Implementação da Justiça Restaurativa. O Núcleo é composto por instituições como o Conselho Municipal de Cultura de Paz, a ONG Londrina Pazeando, a OAB/PR, representantes

dos Poderes Legislativo e Executivo, instituições públicas, privadas, entre outros. O propósito é difundir e aplicar a prática da proposta restaurativa em escolas, comunidades e unidades socioeducativas. Além disso, outros casos judicializados têm sido atendidos com essas práticas pelo CEJUSC de Londrina.

De acordo com a Dra. Catafesta: "A iniciativa restaurativista, em Londrina, tem alcançado avanços positivos. A sensibilização e humanização proporcionadas por ela formaram um grupo sólido em suas convicções de paz, conscientes das mudanças que precisam ser implementadas no cotidiano social, revelando novos protagonistas na busca por um bem maior e comum a todos. Mais do que uma tecnocrata ou agente política, acredito que o poder da magistratura está no protagonismo social e na busca incansável por mudanças positivas, para hoje, amanhã e sempre".